

Circulando nº2 / Edição concluída em 15/10/2014

CIRCULANDO

INFORMATIVO

25 ANOS TRF2

EDITORIAL

CIRCULANDO NOVAS PRÁTICAS PELA 2ª REGIÃO

É entendimento recorrente, nas falas sobre o Judiciário brasileiro, a necessidade de este dar respostas mais rápidas às ações judiciais e de reverter o clássico quadro onde a entrada de processos é maior que a emissão de sentenças.

O problema foi ressaltado na abertura do Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da Segunda Região, concluído no último dia 11, e que reuniu 49 juízes de primeiro e segundo graus. Na **coluna da Coordenadoria do Juizado Especial Federal** apresentamos uma síntese do evento.

Nas metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tanto as que se encerrarão ao final deste ano, quanto as que passarão a vigorar nos próximos seis anos, abordadas na **coluna da Secretaria Geral** desta edição, dá-se especial atenção à necessidade de redução no tempo máximo de tramitação dos processos. Nos macrodesafios estabelecidos pelo CNJ figuram ainda a redução do congestionamento das execuções, a prioridade para julgar crimes contra a administração pública, a minimização dos efeitos causados pela demanda de ações idênticas, a melhoria da governança na área de Tecnologia da Informação, dentre outros.

Na verdade, o cumprimento das metas mexe profundamente com a cultura organizacional do Judiciário.

É nesse ponto que percebemos o quanto ainda teremos que percorrer. Mas bons passos já vêm sendo dados em nossa 2ª Região! Nessa edição do Circulando as matérias das **colunas da Presidência**, **da Secretaria de Gestão de Pessoas**, **da Secretaria de Tecnologia da Informação**, **da Secretaria de Atividades Judiciárias** e **da Biblioteca** mostram os avanços que vimos experimentando em recursos (ferramentas), procedimentos e processos de trabalho, que somam esforços para as mudanças necessárias em nossa cultura organizacional.

Nos dias atuais as organizações de trabalho tornaram-se um elemento vital na formação das identidades dos indivíduos. Hoje, é facilmente constatável que a identidade profissional pode se destacar mais do que identidades relacionadas a gênero, idade, etnia, raça ou nacionalidade. Isso se dá não apenas pelo fato de que passamos grande parte do dia em função do trabalho, mas pelo próprio caminhar da sociedade contemporânea que vem valorizando cada vez mais a estreita relação entre imagem individual e imagem profissional.

Desta forma, na construção ou reconstrução de uma cultura organizacional, há que se ter sempre em mente que esta envolve seres humanos, com suas percepções, sentimentos, crenças, dúvidas e opiniões. Portanto, gerir mudanças em culturas organizacionais requer reflexões muito mais aprofundadas do que apenas análises baseadas na vontade e no estado de ânimo individual e coletivo.

A valorização dos indivíduos dentro das organizações é uma condição *sine qua non*, não somente na internalização dos valores e padrões institucionais, mas também para apontar caminhos e soluções. As matérias das **colunas da Assessoria de Relações Públicas e cerimonial**, **da Assessoria de Comunicação Institucional** e **a Social** versam sobre o quanto é importante reconhecer o valor da trajetória dos servidores e de seus talentos pessoais, assim como proporcionar alegrias e ações educacionais na construção de novos valores.

A **coluna da Secretaria de Controle Interno** traz a notícia da Inspeção do Tribunal de Contas da União e mostra que a finalidade desse trabalho é, acima de tudo, construir um diagnóstico da atual situação de governança e de gestão das aquisições na Administração Pública Federal, com vistas à criação de uma nova cultura de aquisições no âmbito dos órgãos públicos federais.

Portanto, pensar um novo Judiciário, é, naturalmente, pensar estratégias para mudar costumes, valores e formas de fazer; é pensar na construção de nova identidade e imagem institucional, o que demanda não somente uma eficaz instrumentalização do coletivo organizacional, mas, também, a recriação das identidades individuais no universo de trabalho.

Assessoria de Comunicação Institucional

Seção da Imagem Institucional

PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE REGULAMENTA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA 2ªREGIÃO

Um conjunto de documentos assinados pelo presidente do TRF2 passou a compor a Política de Segurança da Informação da Justiça Federal da 2ª Região. A Política foi implantada em nível nacional pelo Conselho de Justiça Federal (CJF) através da Resolução nº 6, de 7/4/2008.

Antes das diretrizes do CJF já existiam regras que tratavam do acesso à Internet, da utilização de correio eletrônico e outros assuntos correlatos. Porém, a partir da criação das Comissões Locais de Segurança da Informação (CLSI) e de Resposta a Incidentes (CLRI), através da Resolução nº 22, de 30/5/2011, do TRF2, servidores de diversas áreas passaram a se reunir para desenvolver trabalhos de um modo mais dirigido, nas áreas de tecnologia da informação e documentação.

Da primeira fase de trabalho surgiu a Resolução nº 105, de 7/12/2012, dispondo sobre o controle de acesso lógico, ou seja, toda forma de ingresso em computadores, aplicativos, sistemas, *sites* e *emails*.

Em decorrência da segunda fase dos trabalhos, no último dia 9 de outubro foi publicado um conjunto de documentos que incluiu a Resolução nº 20, complementar à nº 22, anteriormente citada, e as portarias de nºs 432 a 437, que versam, na respectiva ordem, sobre:

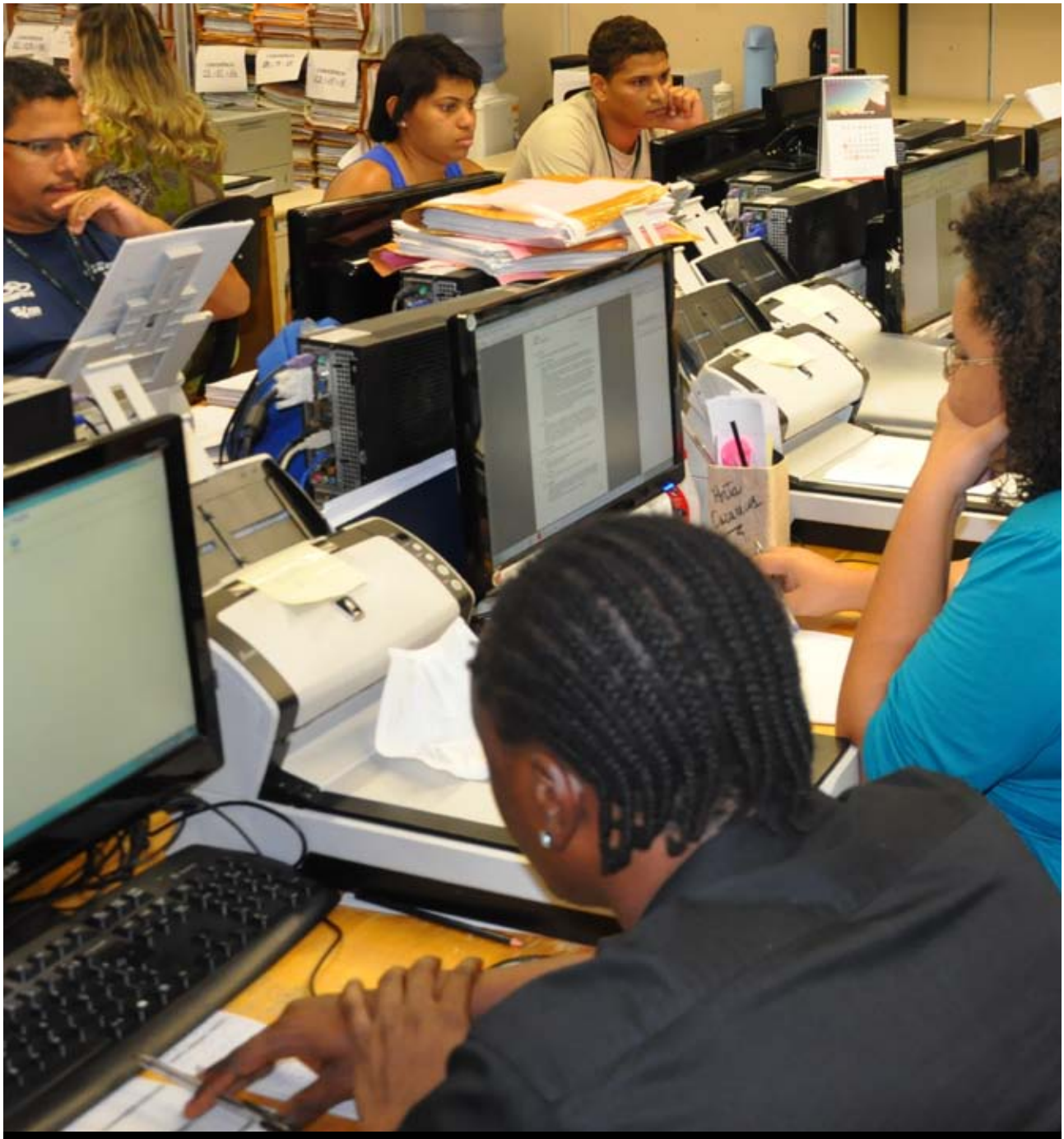
- Política de segurança de acesso físico às instalações envolvidas na guarda das informações;
- Política de controle de acesso lógico;
- Política de utilização de recursos de TI;
- Penalidades para cada tipo de infração;
- Política permanente de conscientização e treinamento quanto à redução do risco de impacto negativo associado aos recursos humanos;
- Plano de continuidade de negócios e termo de responsabilidade.

A publicação dos documentos segue as orientações do Comitê de Segurança da Informação da Justiça Federal, em Brasília, e resultou da avaliação da CLSI



do TRF2, que sistematizou uma metodologia para a elaboração dos documentos necessários à estruturação da Política de Segurança no âmbito do Tribunal e Seções Judiciárias da 2ª Região.

Apenas a Política de classificação de informações para definição de níveis de proteção e medidas especiais de tratamento é que ficou temporariamente pendente de documentação, o que não prejudica a habitual aplicação das regras de gestão documental. Assim, a partir de agora, todos os servidores, magistrados, estagiários, "terceirizados", advogados, membros de outras instituições públicas e visitantes já estão submetidos à Política de Segurança da Informação implantada, principalmente no que diz respeito ao acesso físico, acesso lógico, utilização de recursos de TI e acesso a informações. Todos os novos documentos se encontram acessíveis para consulta no SIGA.

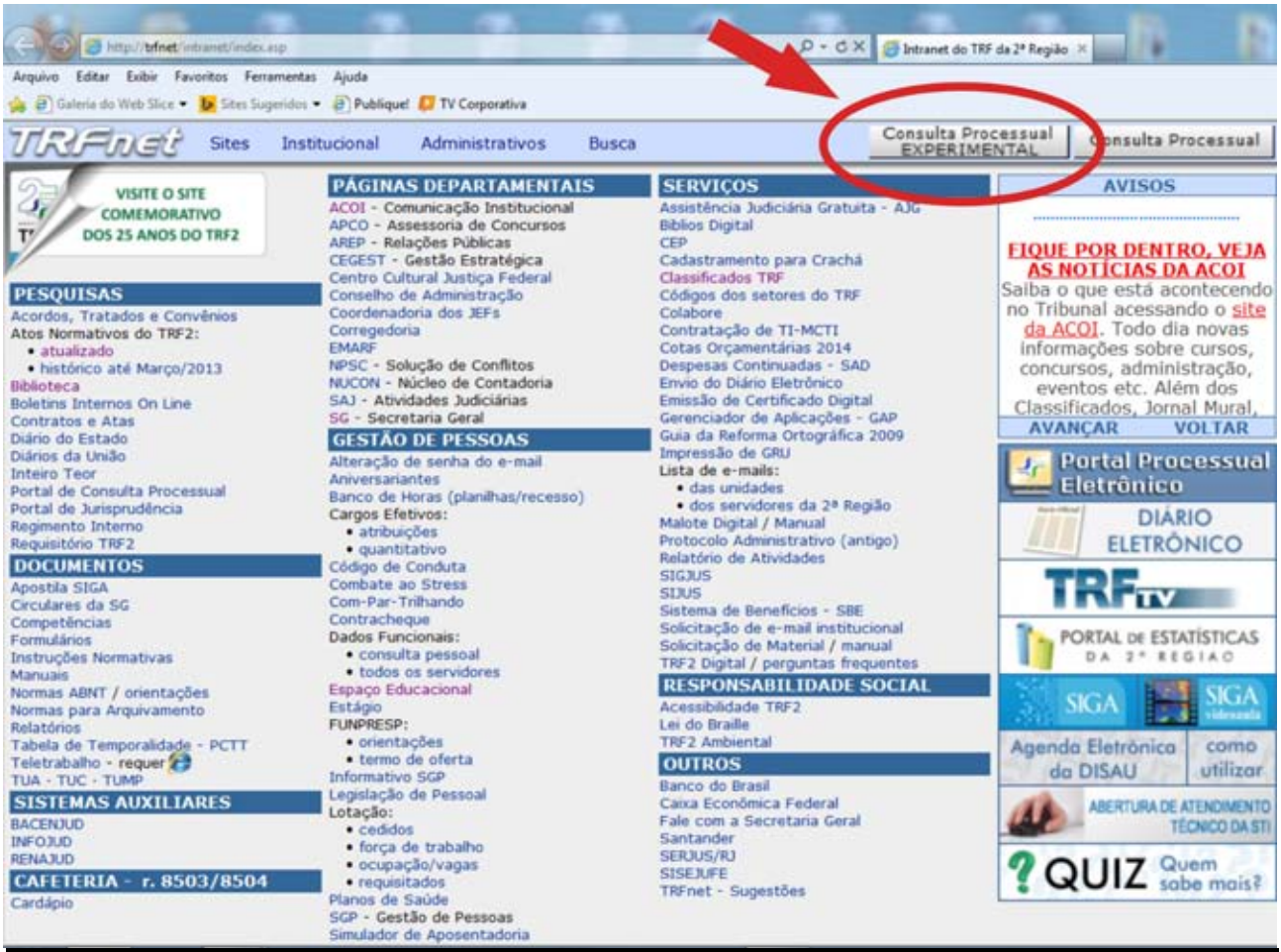


Setor de digitalização de processos do TRF2 virtualiza os autos seguindo as regras de segurança da informação

CONSULTA DE PROCESSOS SOB SEGREDO DE JUSTIÇA ESTÁ DISPONÍVEL PARA PUBLICO INTERNO

Está disponível na intranet o sistema de consulta processual experimental que permite acompanhar o andamento de processos judiciais em segredo de justiça. A ferramenta pode ser acessada através de um ícone localizado ao lado do botão de consulta processual da intranet, na parte superior à direita.

As funcionalidades do sistema, desenvolvido em pareceria pela SED e pela STI, a partir de demanda da Presidência, estão sendo testadas para, no futuro, serem disponibilizadas também ao público externo, na internet. Elas atendem a uma recomendação do Conselho da Justiça Federal, no sentido de que deve ser garantida a consulta pública de algumas informações básicas dos processos sob sigilo. Entre elas, está a localização dos autos, a relatoria, os nomes das partes, os atos processuais tanto de mero expediente ou decisórios que tenham sido praticados e as datas em que esses atos tenham sido realizados. O inteiro teor das decisões, despachos ou petições não ficam disponíveis, no entanto.



A localização do ícone de acesso para realizar a consulta de andamento de processos que transitam em segredo de justiça se encontra no alto da página de abertura de nossa intranet

PARA CHEGAR EM 2020 COM UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MUITO MELHOR

O Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) resumem as prioridades de nossa justiça para o período 2015–2020. A elaboração desses planos teve início em junho de 2013, no I Encontro de Trabalho realizado no Conselho da Justiça Federal (CJF), onde se estabeleceram as premissas para a estratégia futura.

O novo ciclo terá início em janeiro do próximo ano e será orientado pela Resolução CNJ nº 198, de 1º de julho 2013, inspirada nas conclusões do VII Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em novembro de 2013. Na ocasião, os presidentes dos 91 tribunais brasileiros aprovaram os macrodesafios da Estratégia Judiciário 2020 que são os seguintes:

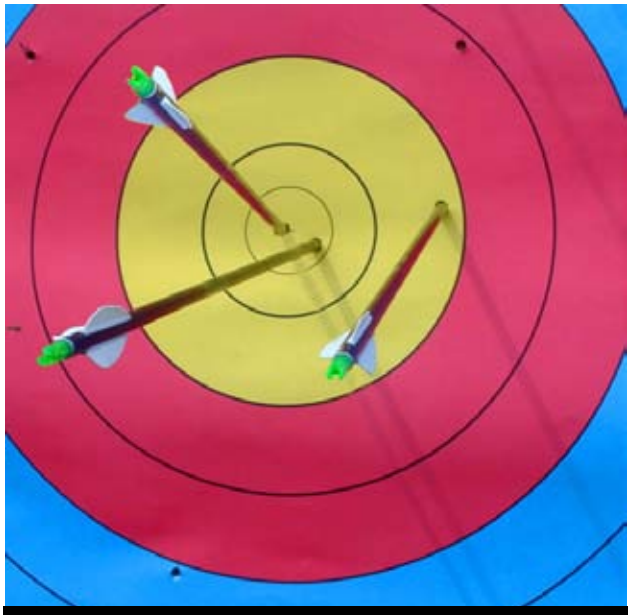
- garantia dos direitos de cidadania;
- celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- adoção de soluções alternativas de conflito;
- aprimoramento da gestão da justiça criminal;
- impulso às execuções fiscais e cíveis;
- combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
- melhoria da gestão de pessoas;
- aperfeiçoamento da gestão de custos;
- instituição da governança judiciária;
- melhoria da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Uma das inovações para esse novo ciclo é o fato de que o Plano Estratégico não contemplará apenas objetivos e metas. Serão delimitadas as principais iniciativas (programas, projetos e ações) que se pretende realizar, em âmbito nacional, para dar suporte ao alcance dos macrodesafios.

Já para 2015, pretende-se evitar que um processo tenha, em qualquer grau de jurisdição, tramitação superior a cinco anos e, nos juizados especiais, que 70% dos processos não durem mais que três anos para serem resolvidos. Para o alcance desses resultados, foi estipulada a ampliação do uso do processo judicial eletrônico e adoção de medidas para que haja a incorporação definitiva, por parte de servidores e magistrados, de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários ao uso pleno das ferramentas do processo virtual.

Outro macrodesafio que se almeja enfrentar nos próximos anos é o da redução do congestionamento das execuções. A meta será baixar, todos os anos, quantidade maior de processos em fase de execução. Para a concretização desse desafio, uma das iniciativas propostas foi a implantação do Sistema Nacional de Cálculos, que visa uniformizar e dar transparência à forma de elaborar os cálculos judiciais, disponibilizando, via web, ferramentas digitais para a utilização pelos públicos interno e externo.

Nesse PEJF, alguns temas judiciais que já estavam contemplados no ciclo de gestão anterior permane-



Em uma simbolização gráfica poderíamos dizer que a meta é o caminho traçado pela flecha para alcançar o objetivo, o alvo. Por seu turno, o vento, o material e peso da flecha, a distância e a posição de mira, a força de impulsão, dentre outros fatores, podem ser comparados com as condições do contexto de desenvolvimento das metas

cem como prioridade. É o caso das ações cíveis de improbidade e as relacionadas à prática de crimes de corrupção e outros crimes contra a administração pública a serem definidos e detalhados no glossário de metas. Esses processos não poderão durar, em cada instância da Justiça Federal, mais do que três anos.

Outra política da Justiça Federal, figurada nesse PEJF, é a da melhoria do sistema criminal. Nesse contexto, uma das ações prioritárias é o aperfeiçoamento dos sistemas de controle de penas e medidas alternativas, de modo a garantir que o início do cumprimento dessas penas seja realizado, no máximo, em 60 dias. Tal iniciativa cria a possibilidade concreta de que aqueles que cometerem atos de menor poder ofensivo tenham chance real de se reeducar e reintegrar à sociedade.

Ainda no âmbito da justiça criminal e da garantia dos direitos humanos, será prioridade na Justiça Federal o julgamento de processos que tratem de crimes relacionados a tráfico de pessoas e à redução à condição análoga a de escravos. A meta é julgar, em 2015, todos os processos relacionados a esses crimes, recebidos na Justiça Federal até 31 de dezembro de 2012.

A Justiça Federal recebe milhares de processos em que a causa de pedir e o pedido são, muitas vezes, idênticos, variando apenas as partes. Soluções individuais para demandas de massa não têm sido a melhor estratégia para a resolução rápida e segura desses litígios. Para mudar esse cenário, uma das medidas estabelecidas nesse plano foi a decisão de aprimorar o fluxo de informações entre os tribunais regionais, as turmas recursais e os tribunais superiores no que tange aos recursos repetitivos e aos de repercussão geral, com adoção de ferramentas informatizadas. O propósito é realizar pesquisa científica, coordenada pelo Centro de Estudos Judiciários do CJF, a fim de minimizar os efeitos das demandas repetitivas.

No que tange especificamente ao PETI, a principal estratégia é a melhoria da governança, com adoção de medidas que favoreçam o uso compartilhado, entre os órgãos da Justiça Federal, de profissionais e recursos de informática, visando, principalmente, a economicidade e eficiência na aplicação de orçamentos destinados à modernização tecnológica de nosso sistema judicial.

Seja no formato de objetivos, metas ou iniciativas, todo o conjunto da estratégia pretende, ao final de 2020, propiciar a entrega de serviços judiciais de melhor qualidade, garantindo à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

Planejamento Estratégico

ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL NELCY NORONHA VISITAM O TRF2

No dia 7 de outubro, o projeto ReCorte Ambiental promoveu a visita de 30 alunos do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Nelcy Noronha ao Tribunal. O projeto foi iniciado em 2013 e tem como objetivo a integração do Tribunal com a sociedade, através de explicações sobre o funcionamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com ênfase neste último.

Os alunos da escola, situada no bairro de Campo Grande, visitaram o Plenário do Tribunal e assistiram a uma palestra resumida sobre o papel do juiz e as competências da Justiça Federal.



A supervisora da Seção de Responsabilidade Socioambiental, Susana Tupinambá, explica aos alunos como funciona a Justiça Federal

Recepcionados pela equipe da Seção de Responsabilidade Socioambiental, os jovens com idades entre 11 e 15 anos também participaram de uma dinâmica de grupo com temática socioambiental, com perguntas sobre meio ambiente, reciclagem de materiais e descarte correto de lixo. O objetivo é conscientizar os jovens cidadãos sobre o papel de cada um na preservação da natureza.

O grupo teve a oportunidade de confeccionar um jogo tipo labirinto feito com capas de CD, barbante e miçangas, utilizando materiais descartados no Tribunal.

Essa foi a quarta visita de estudantes ao Tribunal dentro do projeto, que já recebeu alunos do Instituto Benjamim Constant, para deficientes visuais, que na época conheceram a Biblioteca acessível do Tribunal. Da visita dos estudantes da Escola Nelcy Noronha já surgiram novas turmas interessadas em participar do projeto, com visitação agendada para 2015.

A Seção de Responsabilidade Socioambiental lembra aos servidores que desejarem que as turmas escolares de seus filhos participem do projeto que peçam às escolas para entrar em contato com o Tribunal pelo ramal 8430.



Oficina de reaproveitamento para conscientizar os jovens sobre a importância do seu papel dele na preservação da natureza

COLETA SELETIVA DEPENDE DE TODOS

No final de setembro, a equipe da Seção de Responsabilidade Socioambiental (SERESA), percorreu os andares do Tribunal para conversar com as funcionárias terceirizadas responsáveis pela coleta de lixo nos setores.

O objetivo foi dar orientações sobre a coleta seletiva, além de identificar as dificuldades encontradas no trabalho. Também foram entregues exemplares da Cartilha de Descarte Correto do Tribunal, além de um brinde simbólico: um bloco feito com papel reaproveitado e uma caneta.

A partir das conversas percebeu-se que os servidores não vêm utilizando os coletores coloridos como deveriam. Por isso, os integrantes da SERESA estão solicitando maior engajamento de todos, lembrando que se cada um fizer a sua parte, a coleta seletiva vai atingir seu principal objetivo: reduzir a quantidade de lixo reciclável misturada ao lixo comum. Além disso, é importante lembrar que o lixo depositado nos *containers* para reciclagem é recolhido por uma Cooperativa de Catadores Recooperar e muitas famílias tiram desta atividade o seu sustento.

O descarte errado nas lixeiras seletivas dificulta o trabalho de coleta, por isso a equipe da SERESA alerta para que não joguem nos coletores coloridos copos sujos de café ou de outros líquidos, assim como os guardanapos com resíduos alimentares utilizados em refeições. Os copos, se lavados, podem ser lançados nessas lixeiras, mas os guardanapos sujos, não.

Em caso de dúvida quanto ao tipo de material que pode ser destinado à reciclagem, a Cartilha disponível na Intranet, no *link* Responsabilidade Social/TRF2 Ambiental, deve ser consultada. A Seção de Responsabilidade Socioambiental está à disposição para dar outras informações e proceder a melhorias no serviço. Para isto, basta contatar o setor pelo ramal 8430.



Cláudia, Bárbara e Priscila, funcionárias do 9º andar, recebem suas cartilhas e brindes

CONCERTO EM COMEMORAÇÃO AO JUBILEU DE PRATA DO TRF2

No dia 21 de outubro, terça-feira, às 19h, acontecerá no Theatro Municipal do Rio de Janeiro a entrega dos bótons aos servidores que completaram ou completarão, até o fim de 2014, 25 anos de Tribunal. A solenidade faz parte da comemoração do Jubileu de Prata do Tribunal e do Dia do Servidor Público. No evento haverá a participação da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais, reconhecida no cenário brasileiro e internacional. Composta por 90 músicos, um coro de 25 vozes e três maestros, a Banda interpretará canções populares e eruditas. No repertório figuram canções como Think of Me, do musical O Fantasma da Ópera, a popular Titanic Drums, brasileiras como Asa Branca e Aquarela do Brasil e a apresentação de Highland Cathedral e The Last of the Mohicans, executadas com gaitas de fole.



A Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais já se apresentou diversas vezes no Theatro Municipal do Rio

3º FOREJEF DA SEGUNDA REGIÃO APROVA 21 ENUNCIADOS E TRÊS RECOMENDAÇÕES

Com um saldo de 21 enunciados e três recomendações aprovadas no final de quatro dias de trabalho, o 3º Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da Segunda Região (Forejef) reuniu 49 juízes de primeiro e segundo graus, além de outras autoridades, juristas e representantes de instituições públicas e privadas, que ocuparam as mesas de debates e a plateia do evento realizado entre os dias 8 e 11 de outubro.

A iniciativa, como ocorre desde a primeira edição do encontro, foi da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da Segunda Região (Cojef). A abertura do fórum foi conduzida pela diretora do órgão, desembargadora federal Nizete Lobato que, na ocasião, explicou que o objetivo do evento é abrir espaço para a reflexão sobre a atuação dos JEFs e promover a discussão de medidas que ajudem essas unidades judicantes a dar conta de uma demanda que não para de crescer: "não devemos jamais deixar de perseguir a meta de termos um Judiciário que se atenha a resolver apenas os casos que, por sua complexidade ou ineditismo escapem à peneira fina da conciliação e da arbitragem", defendeu.

A primeira palestra do 3º Forejef ficou a cargo do advogado Luciano Benetti Tim, que fez uma análise sobre a jurisprudência e a doutrina no Brasil, na Europa e nos EUA acerca de indenizações por dano moral. Na sequência das atividades, o encontro contou com as palestras, entre outros expositores, da corregedora regional da Justiça Federal da Segunda Região, desembargadora federal Salete Maccalóz, dos desembargadores federais Guilherme Couto de Castro e Ricardo Perlingeiro, ambos do TRF2, da juíza federal Graziela Bündchen, que integra a Justiça Federal da Quarta Região, do procurador do INSS Emerson Luiz Botelho da Silva e do advogado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Espírito Santo Marcelo Lanzana.

A tarde da sexta-feira, 10, foi dedicada às reuniões dos quatro grupos de trabalho que se debruçaram sobre questões previamente selecionadas por votação, para servirem de temas à proposição dos enunciados. A manhã do sábado seguinte concluiu os trabalhos com a realização de sessão plenária, na qual foram formalizados esses consensos que vão ajudar a orientar e agilizar os julgamentos nos JEFs do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.



Mesa de abertura foi composta pelos juízes federais Guilherme Lugones (à esquerda) e Fernando Mattos (à direita), e pelos desembargadores federais Guilherme Calmon e Nizete Lobato (ao centro)

FISCALIZAÇÃO DO TCU NO TRIBUNAL

O Tribunal de Contas da União, por meio da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ), iniciou fiscalização, no dia 8 de outubro, cujo objetivo é avaliar a governança e a gestão de aquisições deste Tribunal.

No final do exercício de 2013, foram encaminhadas ao TCU, pelo Presidente do TRF2, informações sobre a situação da governança e da gestão de aquisições, mediante as respostas ao Questionário "Perfil Governança de Aquisições – ciclo 2013", disponibilizado no portal do Tribunal de Contas.

Agora, serão verificadas as evidências e os suportes documentais que fundamentaram as respostas apresentadas.

A reunião de abertura dos trabalhos ocorreu no último dia 7 de outubro, no Gabinete da Presidência, ocasião em que foi apresentada a equipe de fiscalização, composta de dois auditores da SECEX-RJ.

Naquela oportunidade, foi esclarecido ao Presidente e ao Diretor Geral que se trata de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), coordenada pela Secretaria de Logística da Secretaria Geral de Controle Externo – SELOG/SEGECEX, do TCU, em Brasília.

Foi informado, ainda, que trabalho idêntico está sendo realizado em 21 órgãos federais, em todo o país, dentre os quais diversos Tribunais. No Rio de Janeiro, além do TRF 2ª Região, estão sendo fiscalizados, concomitantemente, a FINEP e a FIOCRUZ.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Segundo os auditores do TCU, a finalidade desse trabalho é extrair o diagnóstico da atual situação da governança e da gestão das aquisições na Administração Pública Federal, com vistas à criação de uma nova cultura de aquisições no âmbito dos órgãos públicos federais.

O TCU pretende ainda, como resultado das fiscalizações, propor aos Órgãos Governantes Superiores (OGS), dentre os quais se incluem o Ministério do Planejamento e o Conselho Nacional de Justiça, a edição de norma regulamentadora para a área de aquisições, à semelhança do que ocorreu com as contratações de soluções de tecnologia da informação, disciplinada pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 12/11/2010.

O trabalho dos auditores consistirá, basicamente, no exame documental dos processos administrativos e respectivos contratos, previamente indicados e selecionados, e se estenderá até o próximo dia 14 de novembro. A equipe da SECEX-RJ está trabalhando na sala 1803, da Secretaria de Controle Interno e atende no ramal 8843.

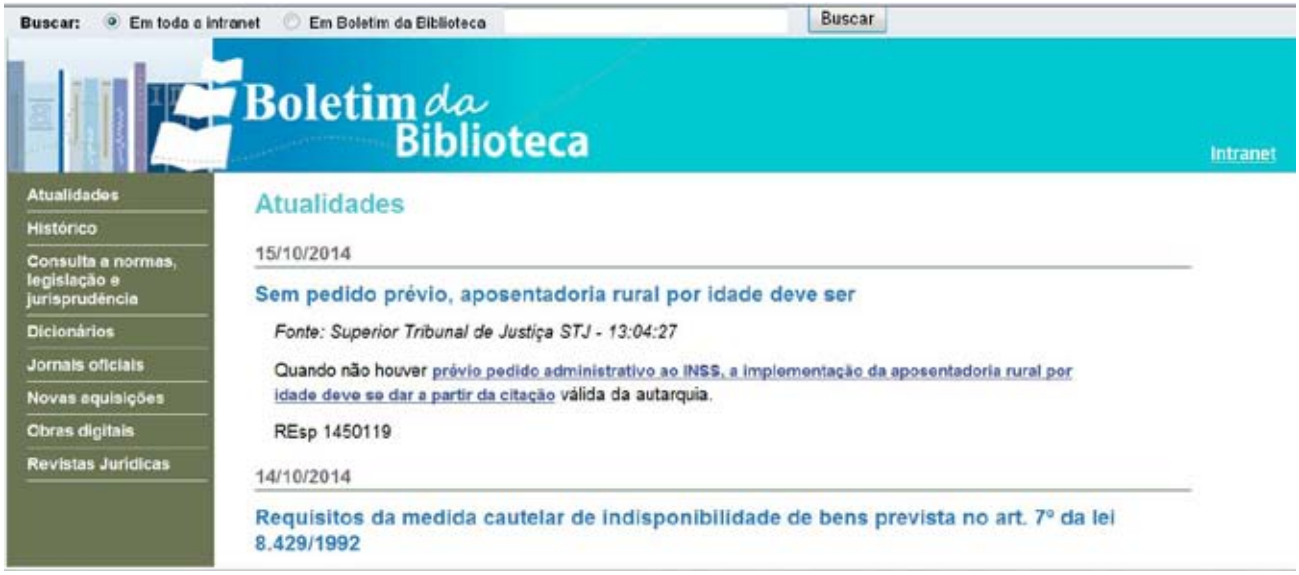


SED
DIBLI
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE BIBLIOTECA

VIABILIZANDO MELHOR ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS BIBLIOTECAS DA 2ª REGIÃO

Com a unificação dos acervos das Bibliotecas da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) e do TRF2, determinada pela Resolução TRF2-RSP-2013/00046, foram reformulados processos de trabalho, a fim de dinamizar algumas atividades. Para dar continuidade ao serviço de consulta e cópias de artigos em periódicos optou-se por adotar o modelo que era utilizado na SJRJ, modernizando os seus recursos.

O boletim, que desde 2001 se chamava Sebib, ganhou novo nome: Boletim da Biblioteca. Há muito circulando na versão *online*, ele agora dispõe de novas ferramentas de pesquisa. A Seção que relacionava mensalmente os títulos dos periódicos e disponibilizava os sumários para consulta foi toda reformulada, a fim de oferecer consultas ao acervo unificado de periódicos com mais agilidade. As solicitações de cópias são feitas *online*.



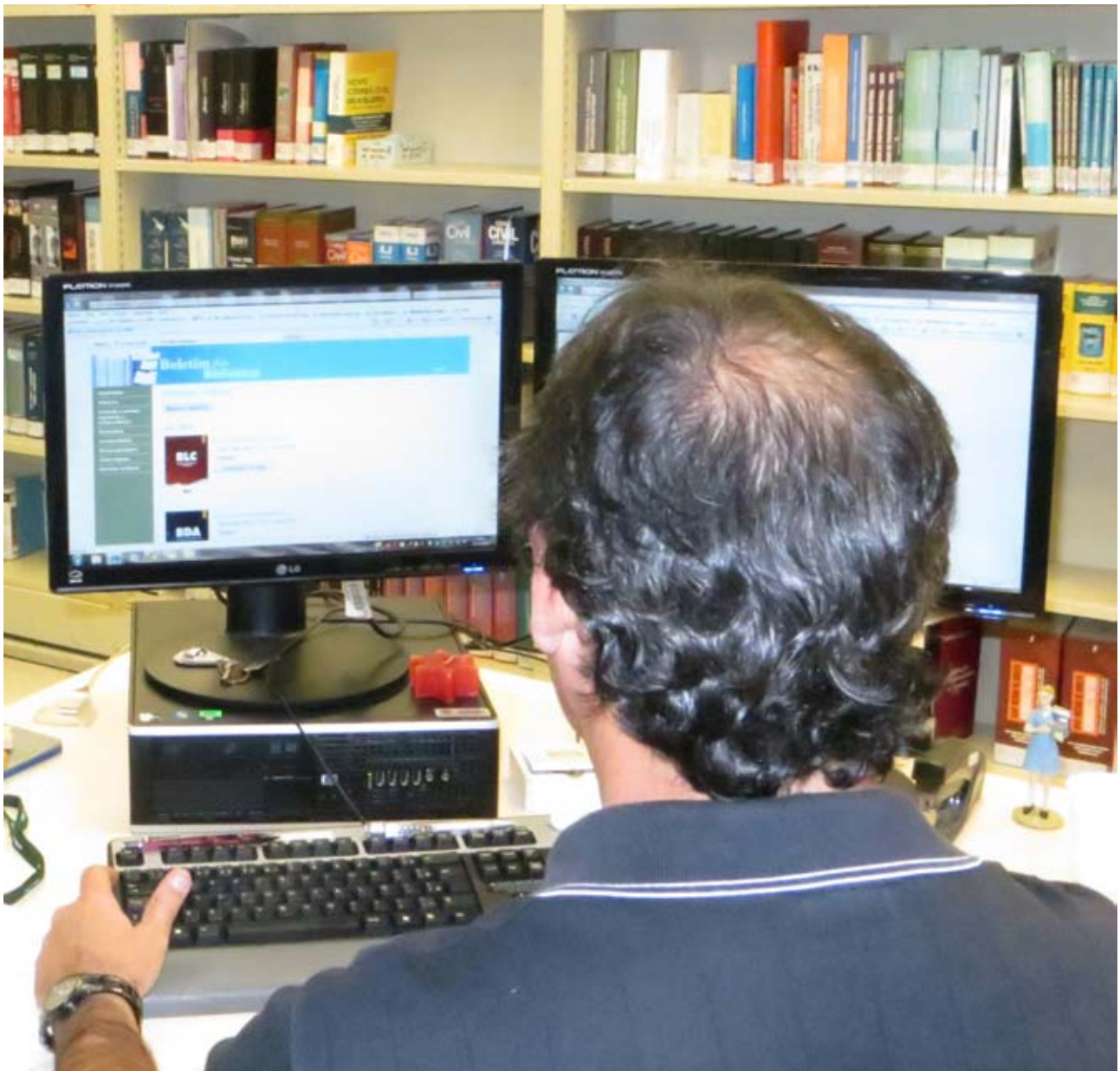
O novo boletim está mais conciso. A partir de ícones dispostos na tela de consulta , é possível solicitar automaticamente o artigo de interesse. Quando a cópia estiver pronta, um *email* contendo as páginas solicitadas, em pdf, será enviado ao solicitante.

Além do serviço de consulta e cópia, foi atualizada e disponibilizada uma relação de *links* de diversos dicionários que poderão auxiliar no dia a dia de trabalho. É possível consultar dicionários de idiomas, de termos jurídicos e até de latim jurídico. Um *link* para consulta aos Diários Oficiais também foi disponibilizado e, além

do acesso à legislação através dos Diários, os usuários podem consultar também as bases de legislação da Presidência da República, da ALERJ e da Câmara Municipal.

No tocante à consulta aos atos normativos, pelo Boletim é possível fazer pesquisas diretas nas bases de dados da Biblioteca e, ainda, utilizar os recursos do portal de jurisprudência, que trabalha com os mecanismos de busca do Google, possibilitando melhores resultados, com excelente número de ocorrências para os termos pesquisados. Códigos *online*, publicados pela Presidência da República, contendo todas as alterações da legislação abordada podem ser consultados pelo Boletim. E para se manter em dia com o universo jurídico, é só clicar no *link* "atualidades", que versa sobre temas jurídicos recentes.

A regionalização das bibliotecas, reunindo acervos e serviços, unificará procedimentos biblioteconômicos, evitará retrabalhos e facilitará o processo de aquisição de títulos, tendo em vista que as compras serão feitas por um único Registro de Preço, para toda a 2ª Região. O Boletim da Biblioteca é portanto uma parte importante desse processo, pois inova os procedimentos de trabalho e fomenta a disseminação da informação, visando dar melhores subsídios às atividades das áreas judiciária e administrativa de toda a 2ª Região.



O novo sistema traz melhorias tanto para os usuários quanto para os servidores da Biblioteca

ENCONTRO PIONEIRO TRAÇA CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS DE GESTÃO DE PESSOAS DA 2ªREGIÃO

Nos dias 23 e 24 de setembro foi realizado o I Encontro das Áreas de Gestão de Pessoas da 2ª Região. O evento, com foco na regionalização da área de gestão de pessoas, teve como base a integração dos gestores do TRF2 e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A iniciativa, pioneira em nossa jurisdição, ao mesmo tempo que estimulou um maior entrosamento entre as equipes gestoras das diferentes unidades administrativas, possibilitou a discussão sobre os serviços que podem ser oferecidos a todos os servidores regionalmente, e também sobre os processos de trabalho que podem ser integrados/unificados, a fim de otimizar as atividades, com vistas à celeridade e à economicidade, sem perder o foco na melhoria dos serviços a serem prestados a todos na 2ª Região.



O presidente do Tribunal, Sergio Schwaitzer, a frente na foto, esteve presente no Encontro organizado pela diretora da SGP, Regina Helena Moreira Faria, ao seu lado.

No evento foram formados dez grupos de trabalho para discutir e propor melhorias relativas a cada área. A divisão dos grupos se pautou nas diferentes competências da gestão de pessoas: Cadastro, Pagamento, Legislação, Estagiários, Aposentadorias/Pensões, Capacitação/Desenvolvimento, Apoio, Lotação, Saúde e Benefícios.

Entre as várias sugestões dos grupos figuraram propostas como a de criação de um Banco Regional de Permutas, a realização de Feiras de Saúde nos três órgãos, a unificação dos instrumentos para o Levantamento das Necessidades de Capacitação/Desenvolvimento e a aquisição conjunta de medicamentos e vacinas.



Os grupos de trabalho utilizaram a area do Salão Nobre do Plenário do Tribunal

Algumas propostas já estão em andamento e outras estão sendo detalhadas para apreciação da Secretaria Geral e da Presidência. Agora há muito trabalho pela frente e a Secretaria de Gestão de Pessoas anuncia para breve a chegada de novidades para os servidores.



Dinâmicas de grupo fizeram parte da programação do Encontro

NOVO ESPAÇO EDUCACIONAL FACILITA APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES

Já está no ar, na página de entrada de nossa intranet, a versão de teste do Espaço Educacional, elaborado pela Divisão de Capacitação de Recursos Humanos (DICRE/SGP). O acesso a esse novo serviço *online* fica dentro do menu de Gestão de Pessoas. O Espaço é um ambiente virtual de aprendizagem, que tem como objetivo facilitar e estimular a participação dos integrantes do quadro da Justiça Federal da 2ª Região nos cursos de qualificação.

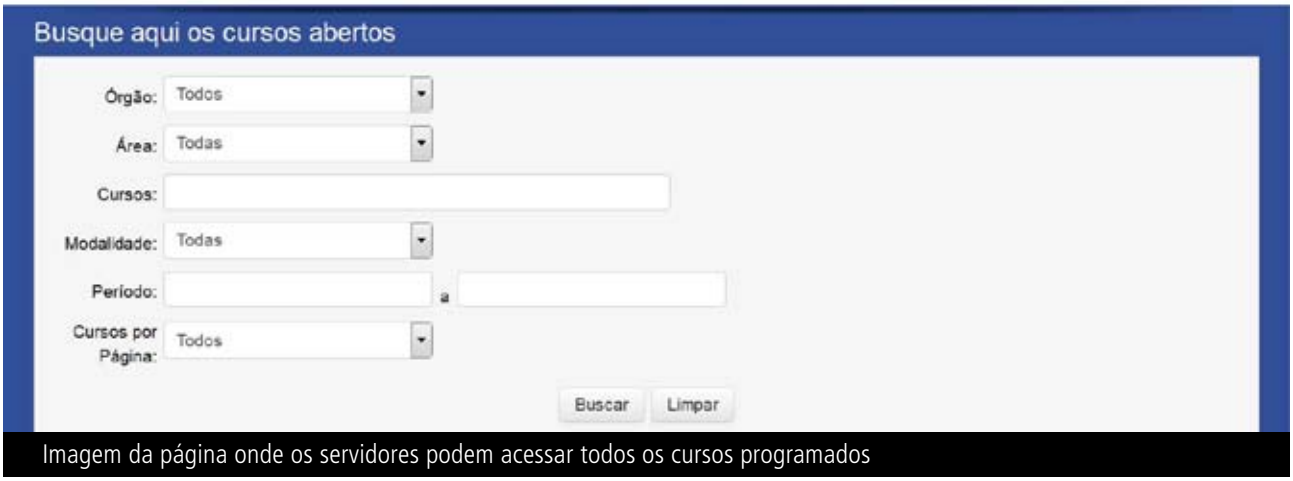


Imagem da página onde os servidores podem acessar todos os cursos programados

A iniciativa, além de representar um grande avanço nos recursos educacionais utilizados na 2ª Região, soma esforços à Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Judiciário, instituída pelo CNJ, através da Resolução nº 192, de 8/5/14, que visa ampliar a disseminação de conhecimentos técnicos e estimular a capacitação de servidores e magistrados.

A base do ambiente virtual do Espaço Educacional é o Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), um *software* livre de apoio à aprendizagem, que foi integrado com SIGA-Doc, ou seja, utilizando-se o mesmo *login* e senha do SIGA podemos acessar o Espaço de todas as unidades da 2ª Região.

Pelo Espaço Educacional podemos acompanhar toda a programação de cursos oferecidos no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Rio e do Espírito Santo. O novo serviço representa mais um passo no processo de modernização dos recursos para capacitação dos servidores que, em 2013, iniciou cursos em EAD (Educação a Distância) e semipresenciais, que já representam 25% do total de cursos disponibilizados pela DICRE. Os servidores agora poderão realizar todas as etapas do processo de qualificação pelo Espaço Educacional: acompanhar a programação de cursos, visualizar o conteúdo programático, se inscrever e cursar (quando se tratar de cursos em EAD).

A navegação é simples e as inscrições nos cursos devem ser feitas pelo Espaço. Por enquanto, no caso das inscrições em cursos presenciais, ao clicar no ícone "inscrever-se", uma caixa de *email* é aberta, pois o pedido de inscrição e a confirmação ainda se dão via correio eletrônico, mas nas demais modalidades todo o processo de inscrição é concluído por ali mesmo. Ao final, o servidor já fica sabendo se sua inscrição foi aceita ou se foi encaminhada para a lista de espera, caso o número de vagas já tenha sido preenchido.

A plataforma Moodle permite a implantação de diversos recursos para controle de perfis. Com isso as áreas de

capacitação e desenvolvimento poderão perceber mais facilmente o tipo de interesse dos usuários e otimizar o quantitativo de cursos oferecidos por área. O histórico de cursos feitos pelo servidor e os registros de inscrição ficarão disponíveis no espaço "Meus cursos".

A DICRE já vem há algum tempo capacitando instrutores para realizarem atividades em EAD. Diversos juízes e instrutores já fizeram uso do sistema para ministrarem cursos. Com a realocação de setores do Tribunal em endereços próximos, por causa da obra de revitalização do prédio sede, o Espaço Educacional e a intensificação dos cursos a distância serão a solução ideal para alcançar os servidores que estiverem trabalhando nas novas dependências.

O Levantamento das Necessidades de Capacitação (LNC) também passou a integrar o Espaço Educacional, de maneira que os gestores podem solicitar os cursos necessários para a capacitação de suas equipes pelo novo sistema.

A aprendizagem colaborativa é um outro foco da DICRE. Fóruns de discussão, através da publicação de comentários no Espaço Educacional, contarão com a participação de especialistas convidados e servidores do quadro que tenham grande domínio nos temas abordados. A ideia é que o conhecimento institucional avance como nas comunidades de aprendizagem, onde nos instruímos com os próprios colegas de atividade, ou seja, o intuito é especializar os integrantes do quadro a fim de que multipliquem a transmissão de conhecimento. Esse princípio observa o Artigo 8º, do Capítulo IV, da Resolução nº 192 do CNJ, que sugere que as ações relativas à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores sejam conduzidas por magistrados e servidores, na condição de instrutores internos.

O sistema desenvolvido para o Espaço Educacional é interoperável - se comunica de forma transparente com outros sistemas - e é compatível com a plataforma Web. Em 2015, será acrescida uma plataforma de Web Conference. Isso permitirá a comunicação em tempo real, via *chat*, dos participantes conectados em cursos de treinamento a distância, que poderão fazer perguntas durante a apresentação dos instrutores. Em breve poderemos assistir cursos ao vivo, sendo nossa presença devidamente registrada nos controles de frequência, e depois rever as aulas em casa ou em horários que nos sejam mais apropriados.



Além do acesso pela página de entrada da intranet, é possivel acessar o Espaço Educacional fora do Tribunal pelo endereço http://educa.trf2.jus.br/. Os cursos em EAD podem ser feitos pelos servidores, dentro do período estipulado pela DICRE, nos momentos que lhes forem mais propícios

SOCIAL

POEMAS PARA PROJETAR: A ARTE DE ELAINE PAUVOLID

Nossa colega Elaine Pauvolid, escritora e artista plástica, que trabalha no Núcleo de Compras do Tribunal, já está se preparando para o lançamento de mais uma publicação com suas últimas criações literárias. O livro, que já está indo para o prelo, tem previsão de lançamento no início de 2015.

Quadrigrafias, título que ganhou a obra, é uma edição de poesias que resulta de uma parceria capitaneada por Márcio Catunda e que reúne a recente produção dele, de Tanussi Cardoso, Ricardo Alfaya e Elaine Pauvolid. A proposta é reunir em um único exemplar publicaçôes dos quatro poetas.

Elaine participa do livro com *Silêncio-espaço*, um composto de poemas publicados em *O silêncio como contorno da mão* (Selo Orpheu, 2011, Rio de Janeiro), revisitado, e *Poemas para projetor*, que acabou de ser finalizado. O primeiro surgiu a partir de um convite para publicar um livro pelo Selo Orpheu, editado pelo poeta e escritor Anderson Fonseca. Nessa época, a autora iniciava um mergulho no universo das artes visuais. Hoje, ainda imersa em pinturas, vídeo-poesias e fotografias ela transpõe sua experiência estética para o universo poético, em *Poemas para projetor*.

"São poemas invadidos pelo espaço propriamente dito, o que se encontra entre as letras, entre as palavras, no entorno, ressaltando a relação da palavra com ele, sem com isso esvaziar a palavra de sua condição original", explica Elaine.

Poemas para projetor salta do imaginário da artista como projeções que se materializam na superfície com auxílio de projetores, retroprojetores, telas de TV e de computadores, *tablets* e *smartphones*.

Tomando a impressão gráfica como espécie de projeção, de algo que se fixe em uma superfície a partir de uma matriz virtual ou de um fotolito, esses poemas, germinados em feixes de luz e *pixels*, também se transpõem com facilidade para o suporte convencional de difusão, o livro. Elaine Pauvolid, construindo poesias com todas as formas de luz, nos convida a dialogar com a teia de significantes e efeitos visuais de sua escrita.

Elaine é carioca, sagitariana, com participação expressiva no circuito carioca de poesia. É graduada em psicologia pela UFF e servidora do Tribunal há quase 20 anos. Em 1998, publicou seu primeiro livro *Brindei com mão serenata o sonho que tive durante minha noite-estrela...* pelo selo Imprimatur da editora 7 Letras. De lá para cá já publicou mais três livros, participou de coletâneas, integrou antologias e colaborou ativamente com resenhas literárias durante 10 anos (1999/2009) para jornais, como: O Globo, Jornal do Brasil e Jornal do Commercio.



Elaine Pauvolid participa de Quadrigrafias, obra em andamento que publicará o trabalho de quatro poetas

PAINEL COM VOTOS DO PLENÁRIO

Ficou mais fácil acompanhar as votações no plenário. O novo sistema, desenvolvido pela área de TI e que já permitia acompanhar a pauta de julgamento, agora também permite acompanhar a votação de cada processo.

Cada voto é registrado no sistema, permitindo a exibição, no painel do Plenário, dos votos proferidos.



REDE SEM FIO FACILITA O ACESSO AOS SERVIÇOS

Nos últimos anos houve um crescimento bastante expressivo de dispositivos móveis (*tablets*, *smartphones*, *notebooks* etc.) que acessam a Internet sem conexões físicas. A fim de que tais dispositivos possam se conectar à rede corporativa do TRF2, desde o dia 29 de setembro vem sendo disponibilizado o acesso à rede sem fio, em vários locais do prédio do Tribunal. A iniciativa começou beneficiando setores específicos, mas o projeto visa contemplar o prédio em sua totalidade e, também, as novas áreas, em outros prédios, que serão utilizadas pelo Tribunal durante as obras que estão chegando.



Os primeiros locais a serem beneficiados com a rede Wi-Fi são a Presidência, a Vice-Presidência, a Corregedoria, os Gabinetes, a Secretaria Geral, as Salas de Sessão, o Plenário, o Auditório, a Biblioteca e a Sala de Leitura. O serviço está homologado para uso com os equipamentos corporativos iPad e Samsumg Galaxy S4, mas aparelhos como o iPhone e dispositivos com Android e Windows Phone poderão funcionar, dependendo do modelo.



Já integrada em âmbito regional, a rede também pode ser utilizada por servidores das Seções Judiciárias do Rio e do Espírito Santo, quando estiverem em visita ao Tribunal. As regras e as políticas de acesso à Internet são as mesmas da rede convencional. Para acessar a rede Wi-Fi é necessário digitar o *login* e senha que utilizamos para entrar na rede de trabalho. Quaisquer liberações para acesso a endereços oficialmente restritos devem ser solicitados à STI. Por enquanto, somente os servidores da 2ª Região é que terão acesso, mas no desenvolvimento do projeto, existe a possibilidade de que pessoas de fora do quadro, devidamente cadastradas, possam vir a acessar a rede *online* de locais específicos do prédio.

Para acessar a rede é preciso estar posicionado dentro do campo de abrangência do sinal do Wi-Fi que é como ondas de rádio, e sofre interferências não apenas de ordem física, como de paredes e móveis, mas também de obstáculos invisíveis, como de outros aparelhos que funcionem na mesma faixa de frequência dos roteadores da rede. Como as interferências à transmissão de sinal tem complexidades diversas, a equipe de Informática estará analisando as melhores possibilidades de distribuição do sinal nos ambientes beneficiados.

Nossa conexão com a Internet tem hoje uma largura de banda de 48 Mbps (Megabits por segundo), que atende tanto à demanda da rede convencional, e agora também a da rede sem fio. Para quem não sabe, a largura de banda é o que determina a velocidade de transmissão de dados. Para disponibilizar o serviço de rede Wi-Fi, foi necessário considerar todas as medidas de segurança, como métodos de encriptação de dados e demais recursos a fim de garantir a privacidade no tráfego de dados.

A instalação da rede Wi-Fi traz melhorias inquestionáveis para o nosso Tribunal e soma esforços à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio de 2015 a 2020, conhecida como Estratégia Judiciário 2020, descrita no anexo da resolução nº 198, de 1º/7/14. Dentre o conjunto de ações figura nos Macrodesafios do Poder Judiciário a melhoria da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação e Comunicação no Judiciário brasileiro, que visa a garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Esta é uma publicação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Editoria do Circulando:
Assessoria de Comunicação Institucional
Seção da Imagem Institucional

Projeto Gráfico
Subsecretaria de Produção Visual

Contatos:
pedidos.acoi@trf2.jus.br
Tels: 3261-8509 e 3261-8030